

Parecer nº 77/97

Data: 1997.07.24

Processo nº 221

Reclamante: Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico.

Entidade reclamada: Instituto Superior Técnico.

1. A Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, com sede na Av. Rovisco Pais, Lisboa, apresentou reclamação à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos do indeferimento de um requerimento dirigido à secretaria do Instituto Superior Técnico solicitando o número de alunos inscritos neste estabelecimento de ensino com o estatuto de trabalhador-estudante.
2. O regime de acesso aos documentos administrativos visa assegurar a transparência da actividade da Administração Pública fundamentalmente nos casos em que não existam outros meios legais apropriados a permitir o acesso à informação administrativa.

Nos termos do artigo 7º, nº 1, da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), “todos têm direito de acesso à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo”.

O artigo 4º, nº 1, alínea a), do mesmo diploma esclarece o que são documentos administrativos para efeito do aí disposto: “quaisquer suportes de informação ... detidos pela Administração Pública ...”. O mesmo sucedendo quanto ao significado de documentos nominativos: “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais” e de dados pessoais: “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva de intimidade da vida privada”.

3. O Instituto Superior Técnico é uma entidade pública estadual sujeita ao regime de acesso aos documentos administrativos.

O pedido de acesso tem por objectivo o número de alunos inscritos com o estatuto de trabalhador-estudante desde o ano de 1992.

Não estão em causa limitações legais como a segurança interna e externa ou o segredo de justiça (artigos 5º e 6º).

Tal como não estão em causa documentos nominativos.

Assim, não respeitando o pedido a dados pessoais, qualquer pessoa tem direito de acesso á informação requerida pela reclamante, independentemente de invocar ou não qualquer justificação.

A efectivação do direito de acesso pressupõe todavia, naturalmente, a existência da informação solicitada. Ou seja, a Administração fica vinculada a permitir o acesso a qualquer pessoa se elaborou ou detém qualquer suporte de informação contendo os dados pedidos.

4. Em todo o caso, a entidade a quem foi dirigido o requerimento de acesso a um documento deve comunicar, no prazo de 10 dias, o modo como deve efectuar-se o acesso, ou, sendo caso disso, justificar a recusa, ou informar que não possui a informação pedida (artigo 15º da LADA).

O Instituto Superior Técnico não cumpriu estas imposições legais.

5. Nestes termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera dar parecer favorável à reclamação apresentada pela Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, devendo o Instituto Superior Técnico facultar o direito de acesso aos documentos onde conste a informação solicitada, caso existam.

Em cumprimento do previsto no artigo 16 nº 2 da LADA, remeta-se esta deliberação quer à entidade reclamante, quer à entidade requerida (Instituto Superior Técnico), para os efeitos legais.

Lisboa, 24 de Julho de 1997.

José Renato Gonçalves (Relator) – *José Magalhães* – *João Figueiredo* – *Hélio Corvelo de Freitas - Branca do Amaral* – *João Labescat* – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Fernando Condesso que não assina por já não se encontrar presente) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)